

## APROPRIAÇÃO DA LEITURA E DA ESCRITA NA CONCEPÇÃO HISTÓRICO-CULTURAL<sup>1</sup>

Carla Maria Leidemer Bruxel<sup>2</sup>, Vidica Bianchi<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Pesquisa bibliográfica realizada no curso de Pós-Graduação em Educação nas Ciências da Unijuí.

<sup>2</sup> Mestre em Educação nas Ciências (Unijuí). Professora da Rede Municipal de Ensino de São Martinho, RS.

<sup>3</sup> Doutora em Ecologia (UFRGS). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências e do Programa de Mestrado em Sistemas Ambientais e Sustentabilidade da Unijuí.

### RESUMO

A apropriação da leitura e da escrita permite que a criança amplie suas possibilidades de inserção social e participe ativamente no mundo letrado. Neste estudo, a partir da concepção histórico-cultural, objetivamos refletir teoricamente sobre o processo de apropriação da leitura e da escrita nos anos iniciais do ensino fundamental. Para isso, adotamos como metodologia a pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa (GIL, 2002). Para fundamentar as reflexões recorremos a Vygotsky (2007), Leontiev (2004), Soares (2004), dentre outros, que discorrem sobre a temática. Concluímos que a alfabetização é uma prática social, intermediada pelo professor que cria as condições para desenvolver a habilidade de ler e escrever em diferentes contextos sociais. Para isso, a leitura e a escrita precisam ter sentido para a criança e este se constrói nas interações sociais e, principalmente, pela intermediação do professor.

**Palavras-chave:** Alfabetização. Interações. Intermediação. Leontiev. Vygotsky.

### ABSTRACT

The appropriation of reading and writing allows children to expand their possibilities of social inclusion and actively participate in the literate world. In this study, from the historical-cultural conception, we aim to reflect theoretically on the process of appropriation of reading and writing in the early years of elementary school. For this, we adopted bibliographic research as a methodology, with a qualitative approach (GIL, 2002). To support the reflections, we resort to Vygotsky (2007), Leontiev (2004), Soares (2004), among others, who discuss the theme. We conclude that literacy is a social practice, intermediated by the teacher, who creates the conditions to develop the ability to read and write in different social contexts. For this, reading and writing need to make sense for the child and this is built in social interactions and, mainly, through the intermediation of the teacher.

**Keywords:** Interactions. Intermediation. Leontiev. Vygotsky.

### INTRODUÇÃO

Este estudo fundamenta-se na concepção histórico-cultural defendida por Vygotsky (2007) e seguidores, que se dedicaram a compreender o processo de desenvolvimento da criança. A concepção histórico-cultural trata da natureza constitutiva das interações

socioculturais. As interações entre as crianças e entre elas e o professor nas atividades desenvolvidas em aula (tanto no processo de apropriação da leitura como da escrita) exercem importante papel para a apropriação de novos conhecimentos.

A concepção de Vygotsky (2007), segundo a qual o desenvolvimento cognitivo da criança ocorre por meio da interação social, ou seja, de sua interação com outras pessoas, precisa ser considerada no processo de apropriação da leitura e da escrita. A interação com os outros possibilita vivenciar experiências que resultam na apropriação de novos conhecimentos. Da mesma forma, as interações socioculturais estabelecidas pelas crianças em outros contextos sociais influenciam a apropriação da leitura e da escrita.

A apropriação da leitura e da escrita permite que a criança amplie suas possibilidades de inserção social no mundo letrado. Assim, neste estudo, objetivamos refletir teoricamente sobre o processo de apropriação da leitura e da escrita nos anos iniciais do ensino fundamental, a partir da concepção histórico-cultural.

## **METODOLOGIA**

Este estudo se caracteriza como pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico. A pesquisa bibliográfica se desenvolve “[...] com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p. 44). Assim, apresentamos um recorte da pesquisa de dissertação de Mestrado desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Para amparar as reflexões recorreremos a Vygotsky (2007), Leontiev (2004) e Soares (2004), entre outros, que discorrem sobre o processo de apropriação da leitura e da escrita nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

O professor alfabetizador intermedeia o processo de apropriação da linguagem escrita por meio do ensino planejado e intencional, constituindo-se como sujeito com experiência, que se preparou para exercer essa função. Contudo, segundo Vygotsky (2007, p. 70), “a escrita ocupou um lugar muito estreito na prática escolar, em relação ao papel fundamental que ela desempenha no desenvolvimento cultural da criança”, e assim as crianças são ensinadas a “desenhar letras e construir palavras com elas, mas não se ensina a linguagem escrita”. Por

muito tempo e ainda hoje, em práticas tradicionais de alfabetização, se dá ênfase à forma mecânica de ensino e acaba-se esquecendo a função social dessa linguagem. Conforme o autor,

diferentemente do ensino da linguagem falada, no qual a criança pode se desenvolver por si mesma, o ensino da linguagem escrita depende de um treinamento artificial. Tal treinamento requer atenção e esforços enormes, por parte do professor e do aluno, podendo-se, dessa forma, tornar fechado em si mesmo, relegando a linguagem escrita viva a segundo plano. Ao invés de se fundamentar nas necessidades naturalmente desenvolvidas das crianças, e na sua própria atividade, a escrita lhes é imposta de fora, vindo das mãos dos professores (VYGOTSKY, 2007, p. 70).

A escrita é resultado da interação do ser humano com os outros e surgiu da necessidade de comunicação e da representação da fala. A criança, desde que nasce, estabelece relações com o mundo que a cerca, interage com os outros e se comunica, inicialmente por meio de uma linguagem rudimentar (choro, resmungos, gestos), e vai se apropriando do significado cultural destes. Em seguida, imerge na cultura e no contato com os signos e gestos, passa por experiências e, aos poucos, desenvolve a fala. Por meio das interações, vai se apropriando dos signos e dos significados destes na cultura. A apropriação dos signos da linguagem escrita ocorre por meio de um processo orientado, repleto de estímulos e interações e pela comunicação oral.

O ser humano, ao longo de sua história, criou signos, atribuindo-lhes significados culturais. Assim, a escrita compõe um dos elementos da cultura humana que necessita ser aprendida. Esta aprendizagem se desenvolve principalmente na escola, que se constitui como instituição com função social de trabalhar o conhecimento historicamente produzido pela humanidade e conhecer essas construções implica na apropriação da cultura letrada. Além disso, requer o desenvolvimento de funções mentais superiores e de estímulos, para que as habilidades de representar graficamente o pensamento e a linguagem oral por meio da escrita se efetivem.

[...] a linguagem escrita é constituída por um sistema de signos que designam os sons e as palavras da linguagem falada, os quais, por sua vez, são signos das relações e entidades reais. Gradualmente, esse elo intermediário (a linguagem falada) desaparece, e a linguagem escrita converte-se num sistema de signos que simboliza diretamente as entidades reais e as relações entre elas. Parece claro que o domínio de um tal sistema complexo de signos não pode ser alcançado de maneira puramente mecânica e externa; ao invés disso, esse domínio é o culminar, na criança, de um longo processo de desenvolvimento de funções comportamentais complexas (VYGOTSKY, 2007, p. 70-71).

Para que a criança se aproprie da linguagem escrita, ela precisa descobrir que as letras são signos e que “se pode desenhar, além de coisas, também a fala” (VYGOTSKY, 2007, p. 77). Essa fala constitui seu pensamento verbalizado através da palavra. Quando a criança se dá conta disso, irá interessar-se pelas letras e vai querer saber seus nomes, seus sons e representá-las graficamente, implicando-se ativamente no processo de apropriação da linguagem escrita. Segundo o autor, a transição do desenho para a escrita “deve ser propiciada pelo deslocamento da atividade da criança do desenhar coisas para o desenhar a fala” (VYGOTSKY, 2007, p. 77). Assim, todas as formas de expressão da criança precisam estar contempladas nas práticas de alfabetização e aos poucos ela se dará conta de que as letras são símbolos que representam os sons da fala.

A criança que é estimulada com brincadeiras tem facilidade na compreensão e na representação simbólica da fala por meio de gestos, que mais tarde passam para o desenho e, por último, evoluem para a linguagem escrita. Dessa maneira, “o gesto é o signo visual inicial que contém a futura escrita da criança” (VYGOTSKY, 2007, p. 71). Ademais, conforme o autor, “a representação simbólica no brinquedo é, essencialmente, uma forma particular de linguagem num estágio precoce, atividade essa que leva, diretamente, à linguagem escrita” (VYGOTSKY, 2007, p. 74). Dessa forma, depois do brinquedo, surge a representação simbólica por meio do desenho, que se constitui como estágio preliminar da escrita.

Neste processo de desenvolvimento, a criança vai se apropriando dos signos da escrita e substituindo os desenhos pelas letras. A partir disso, a intermediação do professor é indispensável nesse processo de transição, uma vez que a criança ainda está elaborando suas hipóteses sobre a escrita e, aos poucos, vai desenvolvendo a autonomia para usar a linguagem escrita em diferentes contextos sociais. Assim, a criança precisa descobrir a função simbólica da escrita e, para isso, precisa ser estimulada por meio de atividades lúdicas e prazerosas. A escrita precisa ser desenvolvida de forma mais natural, e não por meio de um processo puramente mecânico, pois isso pode entediar as crianças e desmotivá-las para a aprendizagem.

A apropriação da leitura e da escrita faz parte do desenvolvimento cultural da criança e permite a sua participação efetiva na cultura e na sociedade letrada. O ensino dessa linguagem deve ser organizado pelo professor, de forma que essa aprendizagem se torne necessária para a criança (LEONTIEV, 2004). Conforme a Teoria da Atividade proposta por Leontiev (2004), o desenvolvimento do ser humano ocorre da necessidade da relação com o meio em que está

inserido com a satisfação de alguma necessidade pessoal. Assim, o desenvolvimento das funções mentais superiores decorre de um processo de apropriação de algum conhecimento que transforma a atividade externa em atividade interna.

No processo de alfabetização, portanto, quando a criança sente a necessidade de ler e escrever, ela não vai medir esforços para aprender a fazê-lo. Para que a criança desenvolva essas habilidades, o professor precisa ensinar o significado social da escrita e construir sentidos para essa aprendizagem, pois a significação e a construção de sentidos motivam o surgimento da necessidade da escrita. Saliento que as necessidades suscitam motivos para a aprendizagem, e estes não são dados *a priori* para as crianças, mas são elaborações históricas e sociais desenvolvidas nelas pela sociedade, a partir das condições de vida e educação.

Pode-se inferir, então, que os interesses das crianças, em algumas situações, não são espontâneos, naturais e imutáveis; pelo contrário, eles podem ser modificados, e novas necessidades podem ser criadas ao longo do processo de escolarização. Nesse sentido, a criança precisa entrar em atividade mental para que aprenda e desenvolva suas aptidões intelectuais (LEONTIEV, 2004), inclusive a capacidade de ler e escrever. O professor é, nesse caso, o responsável por criar condições de a criança entrar em atividade mental para apropriar-se dos signos que constituem o sistema alfabético e a organização da linguagem escrita e assim possa aprender a ler e escrever.

A atividade mental é uma ação na qual a criança se implica por meio do pensamento e da reflexão para atingir o fim desejado e ver satisfeita sua necessidade de resolver a situação a qual se propôs. Segundo Leontiev (2004), o motivo desencadeia a atividade da criança que, para ser concluída, precisa ser realizada por meio de várias ações. O professor, em sua atividade de ensino, propõe essas ações, mas, primeiro, cria a necessidade para a criança, com enfoque na significação da escrita e da produção de sentidos, e propicia as condições para que a atividade de aprendizagem se desenvolva.

Dessa forma, cabe ao professor proporcionar condições reais, com experiências concretas, para que a criança possa interagir e apropriar-se dos signos que compõem os processos de leitura e de escrita. Ademais, no processo de alfabetização, é fundamental que o professor identifique o que a criança já sabe e quais conhecimentos ela ainda precisa desenvolver. Precisa, portanto, ter clareza do que pretende ensinar e criar as condições essenciais para que a criança se aproprie dos conhecimentos necessários nesse processo.

Para isso, a atividade principal de aprendizagem precisa estar clara e fazer sentido, visto que a apropriação de conhecimentos não ocorre por simples processo de memorização, mas, pelo contrário, exige que a criança passe por uma experiência concreta, na qual ela se envolva por meio da atividade mental da abstração. Neste viés, a interação com os outros e a intermediação do professor é fundamental no processo de apropriação de conhecimentos, principalmente durante a alfabetização.

A leitura e a escrita são representações simbólicas que precisam ser apreendidas, e essa aprendizagem não ocorre simplesmente na interação com os objetos e com as letras. Corroboram Alves e Bordignon (2021, p. 180), “a criança, ao interagir e ao relacionar-se social e culturalmente, vai se apropriando dos signos, isto é, das convenções sociais construídas pelos sujeitos humanos nas práticas sociais, sendo a escrita um desses signos”. Assim, a intermediação do professor e das crianças mais experientes é fundamental no processo de apropriação da linguagem escrita.

Segundo Vygotsky (2007), a criança é um ser que se desenvolve por meio das interações sociais que estabelece com os outros, e a qualidade destas interfere na apropriação do conhecimento e auxilia no seu desenvolvimento. Conforme Tassoni (2003, p. 225),

os estudos baseados na abordagem histórico-cultural demonstram que a construção do conhecimento a partir de um intenso processo constituído nas relações sociais. As ideias de mediação e internalização encontradas em Vygotsky (1994) permitem defender que a construção do conhecimento ocorre a partir de um intenso processo de interação entre as pessoas. Portanto, é a partir de sua inserção na cultura que a criança, através da interação social com as pessoas que a rodeiam, desenvolve-se. Apropriando-se das práticas culturalmente estabelecidas, ela evolui das formas elementares de pensamento para formas mais abstratas, que a ajudarão a conhecer e controlar a realidade.

O processo de aprendizagem, no ambiente escolar, ocorre por meio das interações das crianças com o professor e com seus colegas. A partir da construção de vínculos com o outro, a criança desenvolve novas formas de pensar e agir e, dessa forma, apropria-se de novos conhecimentos. Neste sentido, a qualidade dessas relações sociais influencia a relação da criança com os objetos do conhecimento, com os espaços e as situações vivenciadas. Existem, portanto, aspectos afetivos que influenciam a aprendizagem e permeiam o processo de apropriação da leitura e da escrita.

Pelo fato de que as interações sociais são permeadas pela afetividade, o professor não pode se limitar a atuar apenas na esfera cognitiva, desconsiderando as relações afetivas

presentes no processo de aprendizagem e no desenvolvimento da criança. Por conseguinte, cabe ao professor a proposição de atividades que possibilitem as interações socioculturais e a construção de relações afetivas no processo de apropriação da leitura e da escrita.

A alfabetização é um processo multifacetado, no qual, pela intermediação do professor, a criança se apropria da leitura e da escrita e se torna capaz de fazer uso dessa linguagem em seu cotidiano. Esse processo de apropriação da leitura e da escrita exige o conhecimento do alfabeto, por isso a criança precisa compreender que o nosso sistema de escrita é alfabético-ortográfico, isto é, composto por letras que, juntas, podem constituir as palavras que falamos ou pensamos. Trata-se de um processo complexo que exige, da criança, o desenvolvimento da representação simbólica, pois as letras representam os sons das palavras pensadas ou faladas. Ademais, algumas letras podem representar mais de um som.

A alfabetização precisa ser desenvolvida na perspectiva do letramento, para que se aprenda o uso social da escrita mediante experiências práticas relacionadas ao cotidiano das crianças. A alfabetização, na perspectiva do letramento, consiste em ensinar a leitura e a escrita no contexto de práticas sociais. Nesta concepção, é preciso orientar a criança, de forma sistemática e progressiva, para que ela possa se apropriar desse sistema, considerando-se que

[...] a criança alfabetiza-se, constrói seu conhecimento do sistema alfabético e ortográfico da língua escrita, em situações de letramento, isto é, no contexto de e por meio da interação com material escrito real, e não artificialmente construído, e de sua participação em práticas sociais de leitura e escrita (SOARES, 2004, p. 100).

Assim, é essencial que se propiciem experiências concretas de uso da escrita, com o uso materiais de diferentes gêneros textuais, para que a criança possa interagir com o mundo letrado. Assim, o professor atua como instigador da criança, ao fazê-la refletir sobre a escrita e orientando-a nesse processo, cabendo à escola criar condições para que a criança possa usar a leitura e a escrita em diferentes contextos sociais. No processo de alfabetização, a criança precisa compreender a função social da leitura e da escrita, ao mesmo tempo em que se apropria do princípio alfabético. Assim, ela se motiva para a aprendizagem e vai querer fazer uso da leitura e da escrita em seu cotidiano.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste estudo, a partir da concepção histórico-cultural, objetivamos apresentar uma reflexão teórica sobre o processo de apropriação da leitura e da escrita nos anos iniciais do ensino fundamental. Entendemos que a escrita é um processo cultural que inicia antes de a criança ingressar na escola, que envolve o desenvolvimento da memória, da atenção, da oralidade, da coordenação e da orientação espacial, dentre outras.

O processo de alfabetização é complexo e envolve as experiências anteriores de relação com a escrita. Muitas crianças têm diversos estímulos em outros contextos sociais onde vivem, enquanto outras iniciam o contato mais próximo com a leitura e a escrita na escola. No entanto, é crucial considerar que cada criança aprende e se desenvolve de maneira única e num ritmo próprio de aprendizagem e requer de estímulos para evoluir nesse processo.

No processo de alfabetização, é preciso considerar os modos singulares de falar e de pensar das crianças, encorajar a vivência da escrita impregnada de sentidos e viabilizar a elaboração da consciência pela forma escrita de linguagem (SMOLKA, 2019). Alfabetizar, portanto, não é somente ensinar os signos e os sons que eles representam, mas promover o seu uso social. Assim, cabe ao professor planejar, organizar, desenvolver e criar as necessidades que motivam a aprendizagem e, ao mesmo tempo, construir sentidos para que essa se desenvolva.

A alfabetização é uma prática social, função da escola, que é intermediada pelo professor, que precisa promover situações para o desenvolvimento da capacidade de ler e escrever e fazer uso desta em diferentes contextos sociais. Ressalta-se que a criança vive numa sociedade letrada, no entanto, o professor precisa ensinar a ela a função social da leitura e da escrita para que ela possa significar este processo e atribuir sentido a ele. Cabe, portanto, à escola promover a interação com a leitura e a escrita e produzir sentidos para essa aprendizagem.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALVES, S. M.; BORDIGNON, L. H. C. Alfabetização e letramento no diálogo da pedagogia freireana com a escola de Vigotski: algumas reflexões. *In*: CAVALHEIRO, A. C. D.; MOSSMANN, S. S. (org.). **Educação e Linguagem na perspectiva histórico-cultural**. São Carlos: Pedro e João, 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.



LEONTIEV, A. N. **O desenvolvimento do psiquismo**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2004.

SMOLKA, A. L. B. **A criança na fase inicial da escrita**: a alfabetização como processo discursivo. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2019.

SOARES, M. Alfabetização e letramento: Caminhos e descaminhos. **Revista Pátio – Revista Pedagógica**. Artmed Editora. São Paulo: 2004.

TASSONI, E. C. M. A afetividade e o processo de apropriação da linguagem escrita. *In*: LEITE, S. A. S. (org.). **Alfabetização e letramento**: contribuições para as práticas pedagógicas. 2. ed. Campinas: Komedi, 2003. p. 223-259.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.